

CAROLINE RODRIGUES RODRIGO PIRONTI
Coordenadores

ESG NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Estudos dirigidos



Prefácio
Benjamin Zymler

FÓRUM

Caroline Rodrigues
Rodrigo Pironti
Coordenadores

ESG NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Estudos dirigidos

Prefácio
Benjamin Zymler

Área específica
DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PÚBLICO.

Áreas afins do livro
AMBIENTAL, GOVERNANÇA, SOCIAL.

Palavras-chave
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ESG, GOVERNANÇA,
RESPONSABILIDADE SOCIAL, SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL.

O ESG decorre de uma convergência de temas globais relevantes relacionados ao desenvolvimento sustentável e apresenta três grandes eixos: social, ambiental e governança. A presente obra, primeira do gênero, expõe aos leitores estudos direcionados às várias indagações sobre a importância do tema, os conceitos, a aplicação e implementação na Administração Pública, direta e indireta, e entidades do Sistema S, além de trazer casos que demonstram as várias possibilidades e a efetividade da pauta da governança socioambiental. Os textos foram produzidos por especialistas em suas áreas de atuação com posicionamento ousado e inquietação diante dos desafios para alcançar um futuro sustentável.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 4225

E75 ESG na Administração Pública: estudos dirigidos / Caroline Rodrigues, Rodrigo Pironti (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025.
666p. 14,5x21,5cm

ISBN impresso 978-85-450-0779-1

ISBN digital 978-85-450-0775-3

1. Administração Pública. 2. ESG. 3. Governança. 4. Responsabilidade social. 5. Sustentabilidade ambiental. I. Rodrigues, Caroline. II. Pironti, Rodrigo. III. Título.

CDD: 350

CDU: 35

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RODRIGUES, Caroline; PIRONTI, Rodrigo (coord.). *ESG na Administração Pública: estudos dirigidos*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 666p. ISBN 978-85-450-0779-1

Caroline Rodrigues

Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR. Especialista em Direito e Gestão do Sistema S, pelo IDP-Brasília. Especialista em Direito Socioambiental pela PUCPR. MBA em ESG pela Trevisan-SP. Graduada em Direito pela UniCuritiba-PR. Consultora jurídica, professora, palestrante e autora de artigos e livros sobre licitações, ESG, gestão de riscos, *compliance* e sustentabilidade, na Administração Pública, estatais e no Sistema S.

Rodrigo Pironti

Pós-doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Doutor e mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Vice-Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA). Eleito o advogado mais admirado em *compliance* do país pelo Editorial Análise Advocacia e o mais admirado do Brasil no *ranking Compliance ON TOP*. Autor de várias obras jurídicas nas áreas de controles internos, *compliance*, gestão de riscos e sobre a Lei Geral de Proteção de Dados. Advogado sócio e CEO do escritório Pironti Advogados.

PREFÁCIO	
Benajmin Zymler	23
INTRODUÇÃO	25
PARTE I CONTEXTUALIZAÇÃO	
OS SETE GRANDES MOTIVOS PARA IMPLEMENTAR O ESG NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO, CAROLINE RODRIGUES	31
Introdução.....	31
1 Uma contextualização necessária.....	32
2 Principais motivos para a implementação do ESG na Administração Pública.....	36
Conclusão.....	55
Referências	56
ASPECTOS RELEVANTES PARA O FOMENTO DE PRÁTICAS DE ESG NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
FRANCISCO LOPES FERNANDES NETTO	59
1 Noções gerais.....	59
2 É possível o poder público fomentar a pauta ESG?.....	62
3 A estratégia governamental como elemento principal de fomento à integridade no Brasil	64
4 Outros fatores de impulsionamento da pauta ESG	67
5 Conclusões	68
Referências	69
O PODER DE COMPRA DO ESTADO COMO INSTRUMENTO PARA A CONCRETIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL	
JULIETA MENDES LOPES	71
AS (NOVAS E GRANDES) OPORTUNIDADES PARA OS FORNECEDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
MIRELA MIRÓ ZILIOOTTO, CARMEN IÊDA CARNEIRO BOAVENTURA	79
Considerações preliminares	79
1 Sustentabilidade no âmbito das contratações públicas.....	80
2 Dimensões da sustentabilidade na Lei nº 14.133/2021	85
2.1 A dimensão econômica da sustentabilidade	91
2.2 A dimensão ambiental da sustentabilidade.....	92
2.3 A dimensão social da sustentabilidade	94
2.4 A dimensão jurídico-política da sustentabilidade	96
2.5 A dimensão ética da sustentabilidade	97
3 Considerações finais.....	100
Referências	101
PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
JANDER LEAL	103
1 Contexto do PLS ante o princípio do desenvolvimento nacional sustentável	103
2 O PLS e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) ..	113
3 O PLS e as políticas ESG	118
4 Conclusão.....	121
Referências	122

QUEM SÃO OS *STAKEHOLDERS* DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E POR QUE ENVOLVÊ-LOS NO ESG

DANIEL FERREIRA	125
Introdução.....	125
Governança no setor público e “sustentabilidade”	126
A importância dos <i>stakeholders</i> para o sucesso das instituições ..	134
Quem são os <i>stakeholders</i> da AP e por que envolvê-los no ESG?	136
Enfim, como engajar os <i>stakeholders</i> da e para a Administração Pública Sustentável (APS)?.....	138
Considerações finais.....	143
Referências	144

PARTE II
EIXOS AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

I AMBIENTAL

UM OLHAR HOLÍSTICO PARA O MEIO
AMBIENTE NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

REGINA MARIA BUENO BACELLAR	151
Introdução.....	151
1 O meio ambiente como direito humano fundamental.....	152
2 O Estado e o seu dever de proteção ambiental	155
3 Um olhar holístico para o meio ambiente	158
4 Uma nova visão na gestão ambiental das organizações públicas	160
Conclusão.....	163
Referências	165

II SOCIAL

AS LICITAÇÕES COMO INSTRUMENTO DE
MATERIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

LAURA FRANÇA BUBNIAK	171
I Introdução.....	171
II Dos princípios e da efetividade por meio das políticas públicas	172
III Da evolução legislativa em políticas públicas	176
IV Conclusão.....	187

SUSTENTABILIDADE SOCIAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO:
IDENTIFICAÇÃO, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO
DO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NAS ORGANIZAÇÕES

ANA PAULA NUNES MENDONÇA SEXTOS, ANA CAROLINA CORRÊA PETENATI DE OLIVEIRA	189
Introdução.....	189
1 Assédio moral	192
2 Assédio sexual.....	203
3 Programas de prevenção e combate ao assédio: Lei nº 14.457/2022	213
Conclusão.....	216
Referências	217

ESG E AS TRANSFORMAÇÕES NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DIREITO À SAÚDE

FERNANDO MÂNICA, PRISCILA AGUIAR MÂNICA	221
1 Da Administração Pública liberal à Administração Pública ESG.....	221
2 A construção do direito à saúde: da Convenção de Genebra aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS	223
3 A universalização da cobertura dos cuidados de saúde: o tema central da Agenda 2030 é o maior desafio da Administração Pública brasileira.....	227
O poder-dever estatal de adotar modelos administrativos adequados à provisão de serviços de saúde	231
5 A Administração Pública ESG na saúde	237

PROTAGONISMO SOCIAL E ESTRATÉGIAS EM ESG NO ACESSO
À FELICIDADE OBJETIVA COMO “EXISTÊNCIA DIGNA” (ART. , CF)

JULIANA OLIVEIRA NASCIMENTO,

MARIA DA GLORIA COLUCCI	239
1 Introdução.....	239
2 Sentido jurídico da felicidade no direito interno e internacional.....	241
2.1 O Direito Internacional sob o enfoque da felicidade (valor) e princípio (fundamento jurídico).....	245
3 ESG – <i>Environmental, social and governance</i> : protagonismo e ênfase na felicidade individual e coletiva: breve análise	248
3.1 Estratégias em ESG em prol da felicidade coletiva (tecnologias sociais)	251
4 Considerações finais.....	251
Referências	253

MULHERES – MATERNIDADE E CARREIRA
NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DAIESSE QUÊNIA JAALA SANTOS BOMFIM,

VANESSA SANTANA DE JESUS SOUZA	255
1 Introdução.....	255
2 Avanços e desafios: políticas de igualdade de gênero na Administração Pública.....	256
3 Maternidade e carreira na Administração Pública	261
4 Políticas de apoio à maternidade no serviço público	265
5 Conclusão.....	269
Referências	271

III GOVERNANÇA

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA GOVERNANÇA PÚBLICA

MARCELO ZENKNER	277
1 Introdução.....	277
2 A governança pública como apêndice do direito fundamental a uma “boa administração”	278
3 Primeiro princípio: capacidade de resposta	280
4 Segundo princípio: integridade pública.....	281
5 Terceiro princípio: confiabilidade	289
6 Quarto princípio: melhoria regulatória	289
7 Quinto princípio: <i>accountability</i>	290
8 Sexto princípio: transparência pública	291
9 Conclusão.....	293
Referências	294

ESG E O DEVER CONSTITUCIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO
DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA E
COMPLIANCE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

BRUNO BARTELLE BASSO	297
Introdução.....	297
I A Administração Pública no atual Estado Democrático de Direito.....	297
II A pós-modernidade e o neoconstitucionalismo.....	300
III O processo de início da constitucionalização da Administração Pública	302
IV ESG e a exigência constitucional de adoção de boas práticas de governança e <i>compliance</i> pela Administração Pública	307
V O princípio da eficiência como principal fundamento normativo para a estruturação de boas práticas de governança e <i>compliance</i> na Administração Pública.....	312
Conclusão.....	315
Referências	316

OS SISTEMAS DE INTEGRIDADE NO SETOR
PÚBLICO: A GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES
E ANÁLISE DO ARTIGO , §º, DA LEI Nº .

RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO,

MIRELA MIRÓ ZILLOTTO	321
-----------------------------------	-----

1	Prevenção e combate à corrupção no âmbito das contratações públicas.....	321
2	O artigo 25, §4º, da Lei nº 14.133/2021	324
3	Inconstitucionalidade?	328
4	Críticas e proposições de melhorias.....	329
5	Afinal, o que esperar da exigência de implementação de <i>compliance</i> nas contratações públicas?.....	332
	Referências	335

PARTE III IMPLEMENTAÇÃO

AS ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO ESG NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

CAROLINE RODRIGUES	341
Introdução.....	341
1 Conceitos relevantes.....	343
2 Etapas de implementação.....	346
I Conhecimento	347
II Intenção estratégica – ESG como política institucionalizada	348
III Diagnóstico	349
IV Planejamento e materialidade.....	350
V Implementar	351
VI Medir e monitorar.....	352
VII Relatar e comunicar	353
Conclusão.....	353
Referências	355

ESG NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DIAGNÓSTICO E ESTÁGIOS DE MATURIDADE

BRUNA TOLEDO PIZA MAGACHO, EDNILSON ALVES DA SILVA	357
Introdução.....	357
1 Diagnóstico	359
2 Indicadores de desempenho	360
3 <i>Frameworks</i> de ESG	362
4 Diagnóstico e estágios de maturidade.....	367
4.1 ABNT PR 2030:2022.....	368
4.2 Jornada ESG.....	371
4.3 Identificação do nível de maturidade.....	373
4.4 Diferenciais do <i>framework</i> ABNT PR 2030:2022	375
Considerações finais.....	375
Referências	376

MATRIZ DE MATERIALIDADE E TEMAS MATERIAIS

LUCCA T. BARROS	379
Introdução.....	379
Visão geral (ESG e a Administração Pública: um panorama atual)	380
A importância do foco no setor público	381
Desafios e oportunidades	382
Matriz de materialidade: conceitos e aplicabilidade	383
Como levantar o grau de importância de todos os temas ESG de uma instituição?.....	385
Conclusão.....	390
Referências	391

ANÁLISE SOBRE AS ESTRUTURAS EXISTENTES PARA O RELATO E GERENCIAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ESG)

FABRICIO SOLER, CAROLINE PALERMO	393
1 Introdução.....	393
2 <i>Task Force on Climate-Related Financial Disclosures</i> (TCFD)	394
2.1 Definição	394
2.2 Divulgação sobre as emissões de gases de efeito estufa	396
2.3 Materialidade	397

2.4	Auditorias	398
2.5	Análise do cenário de mudanças climáticas	398
3	<i>International Sustainability Standards Board (ISSB)</i>	399
3.1	Definição	399
3.2	Divulgação sobre as emissões de gases de efeito estufa	401
3.3	Materialidade	401
3.4	Auditorias	401
3.5	Análise do cenário de mudanças climáticas	402
4	<i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	402
4.1	Definição	402
4.1.1	Padrões universais do GRI	403
4.1.2	Padrões setoriais do GRI	404
4.1.3	Padrões temáticos do GRI	404
4.2	Divulgação sobre as emissões dos gases de efeito estufa	406
4.3	Materialidade	406
4.4	Auditorias	407
4.5	Análise do cenário de mudanças climáticas	408
5	<i>Sustainability Accounting Standards Board (SASB)</i>	408
5.1	Definição	408
5.2	Divulgação sobre as emissões dos gases de efeito estufa	410
5.3	Materialidade	410
5.4	Auditorias	410
5.5	Análise do cenário de mudanças climáticas	411
6	Conclusão	411
	Referências	411

RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: A IMPORTÂNCIA DE GERAR EVIDÊNCIAS E RELATAR AS INICIATIVAS DE PROGRAMAS ESG

MARCELA MACEDO FÉDER	415
1 Introdução	415
2 Como registrar e gerar indicadores para um programa ESG	417
3 Conclusão	427
Referências	429

ESG NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: TREINAMENTO E COMUNICAÇÃO PARA UMA GESTÃO EFICIENTE

ISABELLE CAMPOLI CAZARIM CAVALHEIRO	431
1 Relembrando os fundamentos e a evolução do ESG	431
2 ESG na Administração Pública	432
3 ESG: o que não deve ser	435
4 A importância do treinamento e da comunicação no ESG	435
4.1 Comunicação interna	438
4.2 Comunicação externa	439
5 Desafios e oportunidades	440
6 Considerações finais	442
Referências	443

COMO APLICAR A SUSTENTABILIDADE NAS LICITAÇÕES: O CICLO DE VIDA COMO PARÂMETRO DE SUSTENTABILIDADE

TATIANA CAMARÃO, ADRIANA TOSTES	445
Introdução	445
1 Governança e sustentabilidade	447
2 Plano de Logística Sustentável	449
3 Ciclo de vida do objeto e custos indiretos	453
3.1 Análise de ciclo de vida e sua complexidade	455
3.2 Interação com o mercado fornecedor e a integridade	458
Considerações finais	461
Referências	461

ROADMAP CIRCULAR DE INTEGRAÇÃO DO *TRIPLE BOTTOM LINE* EM COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

ANDRÉ TRAJANO	467
Introdução	467
O desenvolvimento sustentável e sua evolução na Administração Pública brasileira	471

As compras públicas sustentáveis como um caminho para a promoção da sustentabilidade.....	476
As dimensões da sustentabilidade a partir do <i>Triple Bottom Line</i> e a Agenda ESG.....	480
<i>Framework</i> circular em compras públicas sustentáveis a partir das dimensões do <i>Triple Bottom Line</i>	484
As contribuições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos para a promoção da Agenda ESG a partir de critérios de sustentabilidade	486
Considerações finais.....	495
Referências	496

A ESTRUTURAÇÃO DE UM PROGRAMA DE COMBATE AO ASSÉDIO E O DESENVOLVIMENTO DE ESTRATÉGIAS SOCIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

MARIANA KEPPEN, EDUARDO MOURA	503
Introdução.....	503
Parte 1 – Principais previsões da Lei nº 14.540/202.....	504
Parte 2 – Por que implementar um programa de combate ao assédio?	506
Parte 3 – Como implementar um programa de combate ao assédio?	507
Parte 4 – Processo de melhoria contínua e aperfeiçoamento do programa de combate ao assédio	510
Conclusão.....	511
Referências	511

ESG NAS EMPRESAS ESTATAIS: A PONDERAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

CAROLINE RODRIGUES, RONNY CHARLES LOPES DE TORRES ..	513
Introdução.....	513
1 Qual o fundamento de aplicação do ESG nas estatais	515
1.1 Características das empresas públicas e sociedades de economia mista	516
1.2 A Lei das Estatais.....	517
1.3 Atividades desempenhadas	520
1.3.1 Estatais abertas. Resoluções CVM – Relatório.....	521
2 Benefícios de um programa ESG nas estatais.....	523
3 Como implementar o ESG em empresas estatais.....	524
4 Estágios de maturidade	531
Conclusão.....	532
Referências	533

IMPLEMENTANDO O ESG NAS ENTIDADES DO SISTEMA “S”: PASSOS ESSENCIAIS PARA UMA JORNADA DE IMPACTO EFETIVO

CAROLINE RODRIGUES, ANA CAROLINA COURA VICENTE MACHADO	535
Apresentação	535
Introdução.....	536
1 Apresentação do Sistema S e sua relevância socioeconômica no Brasil.....	539
1.1 Criação, evolução e natureza jurídica.....	539
1.2 Missão institucional e relevância socioeconômica no Brasil	541
2 A relevância do ESG para o Sistema S.....	542
2.1 Como os princípios de ESG se alinham com a missão e os valores do Sistema S	542
2.2 Os benefícios de um programa ESG nas entidades do Sistema S	544
3 Os passos essenciais para a aplicação do ESG nas entidades do Sistema S	545
3.1 Conhecimento	546
3.2 Intenção estratégica	546
3.3 Diagnóstico	547
3.4 Planejamento	548
3.5 Determinação da materialidade	548
3.6 Implementação.....	549
3.7 Medição, monitoramento e métricas	550

3.8	Emissão de relatórios e comunicação	551
4	O relevante papel da alta administração das entidades na implementação e gestão do ESG	551
5	Estratégia para integrar uma estrutura ESG nas entidades do Sistema S	553
6	Análise da maturidade da entidade para a melhor eficiência na implementação do ESG	555
7	Estratégias específicas para cada pilar do ESG	557
7.1	Pilar ambiental	558
7.2	Pilar social	560
7.3	Pilar de governança	562
8	A integração do ESG nos Regulamentos de Contratações e Aquisições do Sistema S	567
9	ESG em ação: exemplos do Sistema “S”	569
	Conclusão	572
	Referências	573

PARTE IV CASES

ESG NA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE E IESGO NO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO: MUDANÇAS DE PARADIGMAS E AVANÇOS

TERESA VILLAC, RENATO CADER	581
1 Introdução	581
2 ESG na Agência Nacional de Saúde	582
2.1 Práticas relativas às diferentes dimensões do ESG na ANS	584
2.1.1 Dimensão social	584
2.1.2 Dimensão ambiental	585
2.1.3 Dimensão da governança	586
2.1.3.1 Governança de contratações sustentáveis	588
3 ESG no Tribunal de Contas da União	589
3.1 ESG na governança pública: origens pelo Acórdão nº 1.205/2023 - Plenário TCU	589
3.1.1 Impactos imediatos do Acórdão nº 1.205/2023 - Plenário TCU nas contratações públicas	592
3.2 iESGo – índice ESG no TCU	593
4 Conclusão e perspectivas de futuro	601
Referências	602

AINDA QUE EM CALAMIDADE, COM INTEGRIDADE. PANO DE FUNDO: CATÁSTROFE CLIMÁTICA ENFRENTADA PELO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL EM MAIO DE

ÁLVARO SANTOS, JÚLIA FLORES SCHÜTT	605
1 Introdução: panorama da crise climática enfrentada pelo Estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024	605
2 Etapas da calamidade e respectivas “brechas” à corrupção	612
3 A integridade como resposta: prevenção, fiscalização e investigação de possíveis práticas ilícitas que podem decorrer da calamidade climática	616
3.1 Criação de grupo multifuncional de acompanhamento, de fiscalização e de investigação voltado às obras de infraestrutura cujo objeto tenha com fundamento a calamidade pública apontada	616
3.2 Fomentar a elaboração de normas que visem a incentivar, no âmbito do RS, o “denunciante do bem”	619
3.3 Desenho de programa de <i>compliance</i> voltado à contratação de bens e serviços para a “reconstrução do RS”	621
3.4 Fomento à elaboração de “plano de contingência” destinado a desenhar as linhas gerais para a coordenação de “gabinete de crise” em situações de catástrofe	625
Referências	626

FRAMEWORKS: O CASE DA CEMIG SOBRE CRITÉRIOS APLICÁVEIS E COMO ADAPTAR À REALIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASG

DANIEL PERRELLI LANÇA, ALINE CARUSO DE OLIVEIRA, ADIÉLTON GALVÃO DE FREITAS	629
1 Universalização do fornecimento de energia elétrica	630
2 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em energia elétrica	632

3	Projetos de Eficiência Energética (PEE)	633
4	Cidadania corporativa e investimentos sociais	635
5	Conclusão.....	639

O PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL COMO FERRAMENTA
DE GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS
SUSTENTÁVEIS NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO

ADRIANA TOSTES,

KETLIN FEITOSA DE ALBUQUERQUE LIMA SCARTEZINI 641

1	Introdução.....	641
2	Governança pública e sustentabilidade.....	642
3	Os avanços normativos	643
4	O protagonismo do Poder Judiciário.....	646
5	Estudo de casos	648
5.1	Superior Tribunal de Justiça – STJ.....	648
5.2	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT.....	651
6	Conclusão.....	653
	Referências	655

SOBRE OS AUTORES..... 659

Adiéliton Galvão de Freitas

Engenheiro ambiental e mestre em Engenharia Sanitária e Ambiental pela Universidade Federal de Viçosa. MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas. Atua na temática ESG há mais de 18 anos, liderando a área de Sustentabilidade na Cemig há 8 anos. *E-mail*: adieliton.freitas@cemig.com.br.

Adriana Tostes

Pós-graduada em Meio Ambiente e Sustentabilidade pela Fundação Getúlio Vargas. Foi coordenadora de Gestão Socioambiental e de Gestão Estratégica e Sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios — TJDF (2012-2024). Palestrante e instrutora da temática de sustentabilidade aplicada às contratações. Participou dos Grupos de Trabalho do Conselho Nacional de Justiça para elaboração das Resoluções CNJ nºs 400/2015 e 347/2020.

Aline Caruso de Oliveira

Formada em Comunicação Social, com MBA em Comunicação Corporativa, Planejamento e Gestão, atua no setor de energia há mais de 10 anos. *E-mail*: aline.caruso@cemig.com.br.

Álvaro Santos

Auditor do Estado na Contadoria e Auditoria-Geral e Presidente do Comitê de Integridade Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Mestre em Economia pela PUCRS.

Ana Carolina Corrêa Petenati de Oliveira

Advogada. Mestra em Direitos Fundamentais e Democracia. Especialista em Direito Penal e Processual Penal. Bacharel em Direito. Docente em cursos de graduação de Direito, além de autora de diversos capítulos de livros e artigos jurídicos. Palestrante e Diretora Executiva da empresa Lagom Cursos, que desenvolve programas de prevenção e combate a assédio nas empresas.

Ana Carolina Coura Vicente Machado

Advogada e consultora jurídica, sócia do escritório Coura Advocacia. Graduada pela Universidade Federal do Paraná com especialização em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacelar. Mais de 10 anos de experiência na assessoria jurídica a órgãos públicos, entidades do Sistema S e empresas privadas em todo o Brasil. Atuação estratégica em licitações e contratos públicos, *compliance* e ESG.

Ana Paula Nunes Mendonça Sextos

Advogada. Mestra em Direitos Fundamentais e Democracia. Especialista em Direito do Trabalho. Bacharel em Letras e em Direito. Autora do livro “Direitos Fundamentais nas Relações entre Particulares: discriminação na fase pré-contratual na relação de emprego”. Palestrante e diretora de conhecimento da empresa Lagom Cursos, que desenvolve programas de prevenção e combate a assédio nas empresas.

André Trajano

Pesquisador, autor, professor, mediador, palestrante. Coordenador de Licitações e Contratos da Superintendência Regional de Administração da 2ª Região da Advocacia-Geral da União — AGU no Rio de Janeiro/Espírito Santo. Servidor Público Federal, atuando na área de contratações públicas desde 2008. Foi Diretor do Departamento de Contratos e Convênios da Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu/RJ, passando pelas funções de fiscalização e presidente de comissão permanente de licitação da entidade. Formado em Administração, é especialista em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense — UFF (2014), especialista em Educação Tecnológica pelo CEFET/RJ (2021) e especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFES (2023). Mestre em Gestão e Estratégia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ (2017). Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas pelo CEFET/RJ (2023), na linha de pesquisa de sustentabilidade, onde desenvolveu tese sobre a aplicação de critérios de sustentabilidade em compras públicas à luz do *Triple Bottom Line*, propondo um modelo de integração de critérios de sustentabilidade nas três fases das compras públicas brasileiras. Revisor de periódicos e autor de artigos e livros publicados na temática de inovação, contratações públicas e sustentabilidade.

Bruna Toledo Piza Magacho

Advogada, mestra em Direito e Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Consultora em integridade pública e privada, pesquisadora e professora.

Bruno Bartelle Basso

Procurador do Município de Florianópolis, sócio-fundador da empresa GEP *Compliance* e especialista nas áreas de governança, risco e *compliance*.

Carmen Iêda Carneiro Boaventura

Advogada e consultora jurídica há 14 anos. Especialista em Direito Administrativo e em Licitações e Contratos Administrativos. Coautora dos livros “Licitações e Contratos Administrativos na Lei 14.133/21 Aspectos Gerais”, Ed. Negócios Públicos, 2022, e “Direito Administrativo Sancionador nas estatais”, Ed. CEEJ, 2023. Membro da Comissão de Estudos em Licitações e Contratos da OAB/BA. Professora da pós-graduação em licitações e contratos do CERS, palestrante e autora de artigos jurídicos.

Caroline Palermo

Advogada. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, com curso de extensão universitária na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), governança e *compliance* pela USP. Professora de cursos de pós-graduação, de cursos preparatórios para concursos públicos e para o exame da Ordem dos Advogados do Brasil em Direito Tributário. Sócia na área de Direito Tributário do escritório Leite, Tosto e Barros Advogados.

Caroline Rodrigues

Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento na UFPR. Especialista em Direito e gestão das entidades do Sistema S, pelo IDP-Brasília. Especialista em Direito Socioambiental pela PUCPR. MBA em ESG e Impacto, pela Trevisan Escola de Negócios. Graduada em Direito pela UniCuritiba-PR. Consultora jurídica, professora de pós-graduação, palestrante e autora de diversos artigos e livros sobre o tema licitações, contratos administrativos, ESG, sustentabilidade, gestão de riscos e *compliance* público, com atuação na Administração Pública direta, indireta e nas entidades do Sistema S.

Daiesse Quênia Jaala Santos Bomfim

Auditora de Controle Externo (TCMSP). Chefe de Divisão de Auditoria de Licitações e Contratos (AGU). Professora e palestrante com pós-graduação e mestrado em Direito Público. Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia.

Daniel Ferreira

Pós-doutorado pelo *Ius Gentium Conimbrigae* (IGC)/Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC). Doutor e mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP. Professor e atual coordenador do programa de pós-graduação *stricto sensu* em Direito do Centro Universitário Internacional (PPGD/UNINTER). Sócio fundador e administrador do Ferreira, Kozicki de Mello e Maciel Advogados Associados (FKMPM), árbitro e mediador (CAMFIEP/PR) em Curitiba-PR.

Daniel Perrelli Lança

Daniel Lança é advogado, mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Especialista em *Compliance* e Gestão de Riscos pelas Universidades de Harvard e da Pensilvânia. Diretor Jurídico e de *Compliance* da GASMIG. Professor convidado da Fundação Dom Cabral. E-mail: daniel.lanca@cemig.com.br.

Ednilson Alves da Silva

Administrador, mestre em Administração Pública, especialista em licitações e contratos, servidor de empresa estatal e pregoeiro, pesquisador e professor.

Eduardo Moura

Advogado. *Master in Business Administration* pelo IBMEC do Rio de Janeiro. Professor na Escola Superior de Polícia Civil e na Escola de Magistratura Federal do Estado do Paraná nas matérias de *compliance* anticorrupção e investigações corporativas. Sócio e *chief operating officer* do escritório Pironti Advogados.

Fabricio Soler

Advogado especializado em Direito Ambiental e Direito dos Resíduos. Doutorando em Direito Internacional Ambiental, mestre em Direito Ambiental pela PUC, MBA Executivo em Infraestrutura pela FGV, especialista em Gestão Ambiental pela USP e pós-graduado em Gestão e Negócios do Setor Energético também pela USP. Consultor internacional em economia circular, resíduos, logística reversa e embalagens. Professor dos cursos de pós-graduação em ESG e Direito Ambiental. Sócio da consultoria S2F Partners.

Fernando Mânica

Doutor pela USP. Mestre pela UFPR. Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB-PR. Presidente da Comissão de Saúde do Instituto Brasileiro de Direito Regulatório. Professor do mestrado profissional em Direito da Universidade Positivo. Procurador do Estado, advogado e consultor especializado em parcerias no setor de saúde. www.fernandomanica.com.br.

Francisco Lopes Fernandes Netto

Professor e palestrante em eventos de Direito Público e gestão de alcance profissional e acadêmico. Professor do departamento de Direito da UNISAPIENS nas disciplinas de Direito Constitucional e Direito Administrativo. Foi condecorado com a Medalha de Honra ao Mérito do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) na categoria Desenvolvimento Institucional (2023). Ex-vice-Presidente do CONACI (2022-2023). Ex-Controlador Geral do Estado de Rondônia — CGE-RO (2016-2023). Auditor fiscal da Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia (SEFIN-RO) desde 2010.

Isabelle Campoli Cazarim Cavalheiro

Advogada, pós-graduada em *Law Enforcement, compliance* e responsabilidade empresarial pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Jander Leal

Economista, bacharel em Direito, pós-graduado em Gestão Pública e em Direito Ambiental. Mestre e doutor em Planejamento Estratégico Ambiental. Docente em Direito Administrativo e Ambiental. Professor da IRBB do Ministério Público do RJ. Foi servidor público por 30 anos e possui experiência na área de licitações e contratos há mais de 34 anos. Coordenou MBA sobre Licitações e Contratos no Instituto A Vez do Mestre, da Cândido Mendes, e hoje atua como palestrante, consultor e escritor na área de contratações pública.

Júlia Flores Schütt

Promotora de Justiça no Ministério Público do Rio Grande do Sul, mestre e doutora em Direito pela Universidade de Salamanca/Espanha.

Juliana Oliveira Nascimento

Executiva sênior, advogada e docente especialista em ESG, *Compliance*, Governança Corporativa, Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna, Continuidade dos Negócios e *International Business. Risk Advisory Senior Manager* na KPMG. GRC Role Model 2023 & Menção Honrosa GRC Ambassador 2024 Women in *Compliance* Awards — London. Consultoras mais Admiradas em *Compliance* 2021 — *Compliance* ON TOP, Executiva mais Admirada — Análise 2023. Possui experiência relevante no âmbito corporativo com mais de 20 anos atuando em projetos estratégicos e de alta complexidade. Mestrado Profissional Master of Laws in International Business Law pela Steinbeis University Berlin (Alemanha). Mestre em Direito pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil — UNIBRASIL. Global Corporate Compliance pela Fordham University (Professor Carole Basri). International Management and Compliance pela Frankfurt University Applied of Sciences. Formada nos cursos de ESG, IPO, Combinação de Negócios e Governance, Risk and Compliance — Risk University pela KPMG Business School; The Paris Agreement on Climate Change as a Development Agenda — United Nations System Staff College (UNSSC), Introduction for ESG pelo Corporate Finance Institute — CFI; e Becoming an Effective Leader pela The University of Queensland. Auditora Líder em Sistemas de Gestão de Compliance e Antissuborno pela World Compliance Association. Pós-graduada no LL.M. em Direito Empresarial Aplicado pelas Faculdades da Indústria do Sistema FIEP/SESI/SENAI/IEL. Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDCONST). Pós-graduada em Estado Democrático de Direito pela Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná (FEMPAR). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Curitiba — UNICURITIBA (Faculdade de Direito de Curitiba). Integra os comitês do International Chambers of Commerce. Membro da Plataforma de Ação contra a Corrupção da Rede Brasil do Pacto Global da ONU. Palestrante, escritora e organizadora de livros. Coordenadora e coautora de diversos livros. Também possui diversos artigos publicados. Cofundadora, CEO e Vice-Presidente do Conselho do Compliance Women Committee (fundado em setembro de 2017), grupo que conta com mais de 3.000 mulheres integrantes que atuam com *compliance*, governança, riscos, ESG e áreas correlatas, no Brasil e diversos países do mundo, nas esferas pública e privada. Site: www.julianaoliveiranascimento.com.br. E-mail: juliana.nascimento7@yahoo.com.br.

Julieta Mendes Lopes

Vice-Presidente do Grupo JML. Advogada, consultora e palestrante em Licitações e Contratos. Mestre em Direito Público. Especialista em gestão ambiental e em Direito Ambiental. Coordenadora da especialização em licitações e contratos da Católica/SC. Professora dos cursos de especialização em licitações e em Direito Administrativo da PUCPR. Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA) e do Instituto Nacional de Contratações Públicas (INCP).

Ketlin Feitosa de Albuquerque Lima Scartezini

Graduada em Direito/Unicub de Brasília e MBA em Gestão e Tecnologias Ambientais pela Universidade Politécnica de São Paulo/USP. Pós-graduada em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/FGV. Mestre em Gestão e doutoranda em Administração Pública/IDP.

Laura França Bubniak

Advogada, consultora jurídica no SEBRAE/PR, pesquisadora na área de responsabilidade social e políticas públicas, graduada em Direito pela Universidade de Direito de Curitiba (UNICURITIBA), especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, especialista em Filosofia e Direitos Humanos pela PUCPR.

Lucca T. Barros

Formado em Administração pela PUCPR, especializado em Gestão de Projetos, com MBA em finanças pela FGV, atua como Gerente de Projetos e Especialista em ESG no Grupo Ambiensys. Desenvolveu uma metodologia personalizada para a implementação de projetos ESG em grandes corporações no Brasil e possui vasta experiência especialmente em projetos de logística reversa e descarbonização.

Marcela Macedo Féder

Advogada. Gerente de *Compliance* e Proteção de Dados do escritório Pironti Advogados. Especialista em Direito Penal e Criminologia — Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). Pós-graduada em *compliance* e governança jurídica — FAE Business School.

Marcelo Zenkner

Managing Director da FTI Consulting em São Paulo. Ex-Diretor de Governança e Conformidade da Petrobras. Ex-Promotor de Justiça do Ministério Público do Espírito Santo. Ex-Secretário de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo. Líder do Comitê de Cultura de Integridade da Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas ONU. É professor da Link School of Business e da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Doutor pela Universidade Nova de Lisboa e autor da obra “Integridade Governamental e Empresarial”, publicada pela editora Fórum.

Maria da Gloria Colucci

Advogada. Especialista em Filosofia do Direito (PUCPR). Mestra em Direito Público (UFPR). Professora aposentada da UFPR. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP). Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Membro da Comissão do Pacto Global (OAB-PR). Membro da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ-PR). Membro da Academia Virtual Internacional de Poesia, Arte e Filosofia (AVIPAF). “Prêmio Professor João Crisóstomo Arns — Ano 2019” (Câmara Municipal de Curitiba).

Mariana Keppen

Advogada. Mestra em Direito e Economia pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Presidente da Comissão de Estudos sobre *Compliance* e Anticorrupção Empresarial da OAB/PR. Professora da pós-graduação de *compliance* empresarial da UFPR. Sócia diretora da área de *compliance* e proteção de dados do escritório Pironti Advogados.

Mirela Miró Ziliotto

Doutoranda e mestra em Direito Econômico e Desenvolvimento pela PUCPR. Sócia Diretora na área de Direito Administrativo no escritório Pironti Advogados. Professora de pós-graduação de Direito Administrativo e de Licitações e Contratos da PUCPR. Diretora de Comunicação Adjunta do IPDA. Autora das obras “*Blockchain* nas contratações públicas, Fórum, 2022” e “*Compliance* nas contratações públicas: exigência e critérios normativos, 2ª ed., Fórum, 2021”.

Priscila Aguiar Mânica

Mestranda em Direito na Universidade Positivo. Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (2021-2024). Advogada.

Regina Maria Bueno Bacellar

Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC-SP. Advogada consultora nas áreas ambiental, urbanística e de energia. Professora em cursos de graduação e pós-graduação em Direito. Presidente da Comissão de Direito à Cidade da OAB/PR.

Renato Cader

Doutor em Ambiente e Sociedade pela UNICAMP. Mestre em Administração Pública pela FGV e em Administração pela PUC. Graduado em Administração pela UERJ. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos. Prêmio Inovação na Gestão Pública Federal.

Rodrigo Pironti Aguirre de Castro

Pós-doutor em Direito pela Universidad Complutense de Madrid. Doutor e mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar Filho e especialista em Direito Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Membro do Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPD). 1º Vice-Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA). Ex-diretor executivo e financeiro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Autor de 14 obras relacionadas aos temas de *compliance*, Lei Geral de Proteção de Dados, gestão de riscos e controles internos. Autor de vários artigos jurídicos e conferencista em âmbito nacional e internacional. Comenda Honra ao Mérito em Controle Interno pelo Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI). Advogado mais admirado pela Análise Editorial na categoria especializado — ano 2021, 2022 e 2023/2024 e pela LEC no anuário “Compliance on Top” — ano 2022. Sócio do escritório Pironti Advogados (www.pirontiadogados.com).

Ronny Charles Lopes de Torres

Advogado. Consultor, parecerista. Doutorando em Direito do Estado pela UFPE. Mestre em Direito Econômico pela UFPB. Pós-graduado em Direito tributário (IDP). Pós-graduado em Ciências Jurídicas (UNP). Autor de diversos livros jurídicos, entre eles: “Leis de licitações públicas comentadas” (15ª edição, Ed. Juspodivm); “Direito Administrativo” (14ª edição, coautoria, Ed. Juspodivm); “Terceiro Setor: entre a liberdade e o controle” (Ed. Juspodivm); “Comentários à Lei de Improbidade administrativa” (2ª edição, coautoria, Ed. Juspodivm); “Licitações e contratos nas empresas estatais” (3ª edição, coautoria, Ed. Juspodivm); “Análise Econômica das Licitações e Contratos” (2ª edição, coautoria, Ed. Fórum).

Tatiana Camarão

Mestra em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Assessora técnica especializada da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Professora da pós-graduação da PUC Minas. Diretora de Relações Institucionais do Instituto Mineiro de Direito Administrativo (IMDA). Palestrante. Coautora dos livros: “Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos” (2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023); e “Termo de Referência” (São Paulo: SGP, 2023).

Teresa Villac

Doutora em Ciência Ambiental (USP). Filósofa (USP). Advogada da União, atua na Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Coordenadora da Câmara Nacional de Sustentabilidade da Consultoria-Geral da União/ Advocacia-Geral da União.

Vanessa Santana de Jesus Souza

Defensora Pública do Estado de Pernambuco. Mestra em Direito Constitucional. Pós-graduada em Direito Processual Civil e em Direito do Estado. Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia.